GT: Políticas Educacionais, Financiamento e Gestão Educacional.

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO CAPITAL: ANÁLISE CRÍTICA DO MOVIMENTO EDUCAÇÃO PARA TODOS

Jociene Araujo Lima [1]
Francisco Matheus da Conceição Bezerra [2]
Maria das Dores Mendes Segundo[3]

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo investigar criticamente a concepção de qualidade da educação presente nos documentos orientadores do movimento internacional *Educação para Todos* (Jomtien, 1990; Dakar, 2000), identificando suas bases teóricas e seus vínculos com as políticas brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, com caráter bibliográfico e documental, fundamentada em autores como Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), Saviani (2021) e Morato (2004). Evidencia-se que a qualidade da educação, nos documentos da EPT, é concebida como mensurável, centrada em resultados e indicadores padronizados, com ênfase em alfabetização, matemática e habilidades essenciais, configurando uma educação mínima para a classe trabalhadora. Para Fonseca e Lima (2021), a qualidade verdadeira em educação deve incorporar equidade, inclusão e formação cidadã, promovendo a emancipação humana frente à lógica produtivista do capital.
PALAVRAS-CHAVE: Qualidade educacional. Política educacional. Movimento Educação Para Todos.

INTRODUÇÃO

O movimento Educação para Todos (EPT) constitui um projeto político global, de caráter orientador da política educacional e estratégico na medida que visa direcionar os sentidos educacionais na busca por universalizar o acesso à educação básica e alcançar a sonhada "qualidade da educação". Neste sentido, iremos investigar criticamente a concepção de qualidade da educação presente nos documentos orientadores do movimento internacional Educação para Todos (Jomtien, 1990; Dakar, 2000), identificando suas bases teóricas, seus vínculos com as políticas brasileira.

Antes de compreender como as declarações resultante dessas conferências, precisamos esclarecer que elas tiveram como principal organizador e patrocinador o Banco Mundial. Para Rabelo,

[1] Universidade Estadual do Ceará, FUNCAP, e-mail: jociene.araujo@aluno.uece.br
[2] Universidade Estadual do Ceará, FUNCAP, e-mail: matheusbezerraphb@gmail.com
[3] Universidade Estadual do Ceará, e-mail: mariadores@uece.br

Jimenez e Mendes Segundo (2015), os objetivos dessas conferências era divulgar uma nova perspectiva para a educação, agora centrada na superação da pobreza e no desenvolvimento econômico dos países, buscando que todos se inserissem na nova ordem dita globalizada. A investigação é bibliográfica documental, possibilitando a exploração de um pequeno recorte histórico das reformas orientadas por organismos multilaterais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, resultou na formulação da Declaração de Jomtien, documento que se tornou referência para as políticas educacionais dos anos 1990 até 2000. A conferência reuniu cerca de 150 delegações nacionais e produziu um consenso em torno da meta de garantir uma "educação básica de qualidade" para crianças, jovens e adultos.

Observando o texto da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (Jomtien, 1990), a concepção de qualidade surge como um dos eixos primordial do movimento, associada à necessidade de reformar os sistemas educacionais e torná-lo de qualidade (eficiente e produtivo). O termo "qualidade" aparece dezessete vezes ao longo do documento, em diferentes contextos, revelando sua importância estratégica na formulação das metas globais. O texto afirma que "a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, sendo necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível" (Declaração de Jomtien, 1990, p. 3).

Essa formulação de "qualidade", que à primeira vista parece neutra, expressa, na verdade, uma concepção fortemente vinculada às diretrizes das agências multilaterais, principalmente o do Banco Mundial, que partir dos anos 1990, passaram a caracterizar a educação como um meio para alcançar mobilidade econômica e competitividade internacional. Contudo, essa concepção emerge em um contexto de profunda crise estrutural do capital, no qual a educação é convertida em instrumento de ajuste e de legitimação das reformas neoliberais.

Esse movimento, reforça a lógica elaborada por Shultz (1973) onde a educação através de um aporte financeiro, poderia ser um pilar no desenvolvimento econômico de uma nação, inserindo o conceito da teoria do capital humano. Essa intencionalidade pode ser reconhecida no texto da declaração no Artigo 3 intitulado "Universalizar o acesso à educação e promover a equidade". No ponto 2, o texto afirma que "para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da

aprendizagem." (Unesco, 1990, p. 5). A concepção aparece mascarada sob o discurso de "equidade" e da "qualidade mínima", entretanto, serve para subordinar a educação a formação de capital humano.

O termo usado no texto, se referindo a *"padrão mínimo de qualidade"* é responsável por introduzir na educação a lógica padronizadora e avaliativa, que, no contexto neoliberal posterior, foi apropriada pelas políticas de avaliação em larga escala e gestão por resultados. No Brasil, essa concepção de educação de padrão mínimo de qualidade se materializou em instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), gerando uma educação pautada na aprendizagem por desempenho, que traduzem a "qualidade" da educação em números e metas quantitativas alcançada por essas avaliações de larga escala, transformando os preceitos educativos em um "cheklist educacional", onde o cumprimento de metas usurpou o lugar da formação da escola, centrando em resultados, uma lógica de accountability.

Para Adams, Acedo e Popa (2012), a Conferência de Jomtien (1990) é responsável por imprimir um consenso internacional sobre a qualidade da educação, concebendo-a como uma meta cabível sendo algo mensurável e passível de avaliação objetiva. Nesse mesmo sentido, Machado, Alavarse e Chappaz (2024) reforçam que a Declaração de Jomtien criou um cenário favorável à implementação de avaliações em larga escala e testes padronizados no cenário internacional e nacional, concebidos como instrumentos para "melhorar a qualidade da educação".

Embora o discurso dessa política estar no sentido da equidade, vale mencionar que a concepção desse termo é para além de um bem comum, desenvolvida por Rawls (2000), o autor parte de uma visão liberal-democrática e contratualista, onde o indivíduo estaria historicamente fora das relações de força, idealizando um sujeito racional universal, uma abstração ideológica, sob uma perspectiva que o próprio denomina de "véu da ignorância" onde o sujeito estaria partindo de um pressuposto igualitário aos demais, sem saber as questões de classe, gênero e condições financeiras.

Assim ao pautar a equidade como norteador das ações, evidencia de fato uma concepção de qualidade subordinada à lógica da mensuração e do controle, alinhada a padrões multilaterais internacionais controlado pelo Banco mundial e a lógica neoliberal. Outra esfera que deve ser discutida ao estudamos o movimento EPT sobre qualidade da educação é seu caráter mínimo de conhecimento, de acordo com a declaração como "pré-condições para a qualidade, equidade e eficácia da educação são que currículos podem ser incrementada vinculando-se alfabetização, habilidades matemáticas e conceitos científicos aos interesses e primeiras experiências do educando, como, por exemplo, aquelas relativas à nutrição, saúde e trabalho" (Unesco, 1990, p.18).

Neste sentido, essa orientação revela que a qualidade da educação, segundo o documento, está estritamente vinculada a um conteúdo mínimo, voltado a atender apenas as necessidades básicas de aprendizado da população, especialmente das classes trabalhadoras. Saviani (2021), na esteira do economista clássico Adam Smith, que caracteriza essa abordagem como uma "educação com dose homeopática" para a classe trabalhadora, pois limita a formação ao essencial para a inserção produtiva, sem promover uma educação integral ou emancipatória. Um exame crítico disso é título da declaração de Jomtein (1990) ser "Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem", evidenciando o caráter instrumental e limitado da concepção de qualidade defendida pelo movimento.

Assim, observamos que ambas as declarações enfatizam uma continuidade no conceito de qualidade da educação. Morato (2004), já destaca em seus estudos que a intenção do movimento EPT, sempre foi disseminar reformas para as políticas educacionais dos países pobres, de forma a fornecer doses mínimas de conhecimento utilitário, destinado à produtividade, habilidades e competências que possibilitem à classe trabalhadora executar a polivalência diante do mercado de trabalho. Assim, a qualidade defendida nestes documentos tem a mesma função, legitimar as políticas educacionais da qual se adeque ao interesse urgente do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o estudo dos documentos de Jomtien (1990) e Dakar (2000) evidencia que a qualidade da educação, nesses marcos, é concebida como um pressuposto vinculado à formação de capital humano, orientada para a ascensão econômica e social, e condicionada à mensuração de desempenho. Identificamos que esses princípios estruturam também as reformas educacionais brasileiras desde a década de 1990, refletindo-se na LDB (Lei nº 9.394/1996), Planos Nacionais de Educação (2001–2010; 2014–2024) e em políticas como SAEB e IDEB, que incorporam a qualidade mensurada por desempenho. Além disso, a BNCC reflete muitos desses aspectos, reduzindo o currículo à aquisição de valores e competências voltadas para o contexto neoliberal. Como bem definiu Fonseca e Lima (2021), a qualidade socialmente referenciada vai além dos resultados acadêmicos, incluindo equidade, garantindo formação para cidadania e emancipação humana. Portanto, a educação só pode ser verdadeiramente de qualidade se superar a lógica utilitarista e produtivista da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Don; ACEDO, Clementina; POPA, Simona. Quality education: challenges and policy choices. In: ADAMS, Don; ACEDO, Clementina; POPA, Simona. (Ed.). Quality and Qualities: Tensions in Education Reforms. Rotterdam: Sense; Paris: UNESCO: International Bureau of Education, 2012. (Comparative and International Education: a Diversity of Voices, v. 16). p. 197-208.

FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues da; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Qualidade da educação em disputa: tensões entre o socialmente referenciado e a lógica de mercado. ***Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*****, v**. 37, n. 3, p. 545-563, jul./set. 2021. Disponível em:https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/290510/001255415.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 9 out. 2025.

MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. Avaliações em larga escala na América Latina: problematizando a qualidade da educação escolar. Educar em Revista, Curitiba, v. 40, e94031, 2024. https://doi.org/10.1590/1984-0411.94031

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORATO, Rúbia Gomes. Análise da Qualidade de Vida Urbana no Município de Embu/SP. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O movimento de educação para todos e a crítica marxista. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/doc-inernacionais. Acesso em: 09 out. 2025

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: o papel da educação e da pesquisa. Tradução da edição de 1971. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.